

Uma reflexão acerca do ensino religioso nos anos iniciais do ensino fundamental

Douglas Willian FERREIRA¹

Resumo

Esse artigo faz uma reflexão acerca do papel do Ensino Religioso nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A partir da Base Nacional Comum Curricular, traçamos exemplos de atividades que podem ser desenvolvidas com os estudantes dentro da sala de aula, considerando a imaginação, a ludicidade e o diálogo como componentes favoráveis ao trabalho do professor. Fazemos também uma reflexão acerca da importância de um trabalho interdisciplinar que valorize o Ensino Religioso como componente curricular e não como tema transversal a ser trabalhado em sala de aula. Para tal, essa disciplina, deve valorizar os estudos do fenômeno religioso e suas diversas manifestações, a religiosidade e a construção de sentidos da vida como conteúdo a ser refletido, discutido e analisado.

Palavras-chave: Componente curricular. Democracia. Educação. Religião. Tolerância.

¹ Doutor em Ciência da Religião. Professor da Secretaria de Estado de Educação do Estado de Minas Gerais. SEE-MG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6190-6370>. E-mail: douglasinvictus@homail.com

A reflection on religious education in the early years of fundamental education

Douglas Willian FERREIRA

Abstract

This article reflects on the role of Religious Education in the early years of Elementary Education. From the National Common Curricular Base, we draw examples of activities that can be developed with students within the classroom, considering an imagination, playfulness, and dialogue as components favorable to the teacher's work. We have also reflected on the importance of interdisciplinary work that values Religious Education as a curricular component, and not as a transversal theme to be worked in the classroom. To this end, this discipline must value the studies of the religious phenomenon and its various manifestations, religiosity, and the construction of meanings of life as content to be reflected, discussed, and analyzed

Keywords: State of Knowledge; New High School; Educational politics.

Reflexión sobre la educación religiosa en los primeros años de la escuela primaria

Douglas Willian FERREIRA

Resumen

Este artículo reflexiona sobre el papel de la educación religiosa en los primeros años de la escuela primaria. Con base en la Base Curricular Nacional Común, delineamos ejemplos de actividades que se pueden desarrollar con los estudiantes dentro del aula, considerando la imaginación, la alegría y el diálogo como componentes favorables para el trabajo del docente. También reflexionamos sobre la importancia de un trabajo interdisciplinario que valore la Educación Religiosa como un componente curricular y no como un tema transversal para trabajar en el aula. Para ello, esta disciplina debe valorar los estudios del fenómeno religioso y sus diversas manifestaciones, la religiosidad y la construcción de significados en la vida como contenidos a reflexionar, discutir y analizar.

Palavras clave: Componente curricular. Democracia. Educación. Religión. Tolerancia.

Introdução

Não são raras as vezes em que se critica o Ensino Religioso (ER) na escola pública como um atentado à laicidade do Estado. O problema tende a se agravar quando se pensa acerca da formação dos professores que atuarão lecionando essa disciplina. Não menos problemático é pensar a formação dos professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, responsáveis por articular as experiências vividas pelos estudantes nos anos da educação infantil com a sistematização dos conhecimentos que se dão nessa nova etapa de formação. Dentre tantos desafios, o professor regente, nessa etapa de formação, se depara com o ER como um problema tendo em vista que muitos deles não tiveram em sua formação inicial, disciplinas que versassem acerca desse conteúdo que compõe a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do primeiro ao nono ano da Educação Básica. Nas escolas em que existe a presença do professor especialista esse problema é amenizado, todavia, naquelas em que os professores regentes devem lecionar o ER, as coisas se apresentam mais complexas. Buscando lançar luz sobre essa problemática, propomos aqui uma reflexão sobre a prática docente desse componente curricular, nos anos iniciais e o papel que o ER deve ocupar nas escolas enquanto instrumento democrático.

Tomamos como base a BNCC e alguns estudiosos do ER como Sérgio Junqueira e Gruen, e pensadores da educação como Rubem Alves. Imprescindível as contribuições do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER) que através de suas pesquisas, eventos e publicações, tem proporcionado um rico debate acerca desse componente curricular.

A PRÁTICA DO ER NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

De acordo com a BNCC (Brasil, 2017, p. 56) nos anos iniciais do Ensino Fundamental a criança passa a interagir “com múltiplas linguagens”, o que permite “a participação no mundo letrado e a construção de novas aprendizagens, na escola e para além dela”. Além disso, continua o texto:

a afirmação de sua identidade em relação ao coletivo no qual se inserem resulta em formas mais ativas de se relacionarem com esse coletivo e com as normas que regem as relações entre as pessoas dentro e fora da escola, pelo reconhecimento de suas potencialidades e pelo acolhimento e pela valorização das diferenças (BRASIL, 2017, p. 56).

Nessas linhas tem-se formulado, dentre outras, as possíveis contribuições do ER na formação das crianças. Afinal, enquanto prática e confissão das famílias e conseqüentemente, dos estudantes, a

Uma reflexão acerca do ensino religioso nos anos iniciais do ensino fundamental

religião marca a identidade desses sujeitos. Mais que isso, sabe-se que dentre os aspectos identitários de uma cultura a religião tem lugar de importância: justifica certas práticas, leis, modos de se vestir e mesmo de se alimentar. Assim, ela compõe a identidade cultural de um povo. De fato, como afirma Schiavo (2004, p. 77) a religião não é, exclusivamente, um patrimônio das igrejas, ela

é fruto da história dos povos e a eles pertence como um dos elementos mais significativo e importante de suas culturas; porque ela, antes de ser a estruturação de certa experiência religiosa é, e representa, o anseio humano de se transcender e de se encontrar com aquele Ser, no qual a humanidade encontra respostas às suas perguntas profundas.

Também a religião, em sua dimensão linguística, muito contribui para o desenvolvimento da pessoa. Constitutivamente simbólica, a religião é abertura para uma pluralidade de interpretações. Cada símbolo se manifesta como um infinito, impossível de se esgotar. Em *O que é religião?* Rubem Alves (1984) afirma que os símbolos são como horizontes: quanto mais caminhamos em direção a ele, menos conseguimos esgotá-lo. Desse modo, a partir da linguagem simbólica da religião, o professor é capaz de abrir infinitas possibilidades e horizontes, dando asas à imaginação. Nessa idade e, conseqüentemente, nessa etapa de formação, nada melhor que a imaginação como uma habilidade a ser desenvolvida e trazida para a prática escolar.

Ainda, o trabalho com os símbolos alcança a própria cotidianidade dos estudantes, permitindo o diálogo entre o conhecimento e a vida. Os estudantes serão convidados a olhar o mundo ao seu redor e a se despertarem para a dimensão simbólica que compõe seu entorno. O professor, além de explorar a imaginação dos estudantes deve também incutir neles a curiosidade. De acordo com Rubem Alves, em *O desejo de ensinar e a arte de aprender* (2004), “os gregos diziam que a cabeça começa a pensar quando os olhos ficam stupidificados diante de um objeto. Pensamos para decifrar o enigma da visão. Pensamos para compreender o que vemos” (ALVES, 2004, p. 9). Explorar o mundo da criança é de singular importância, uma vez que nessa etapa da formação, elas estão passando por mudanças consideráveis: passam a reconhecer quem são, querem entender sua inserção no mundo, olham para todos os lados em busca de respostas, questionam a pluralidade e as diferenças que os rodeiam. É por isso que, de acordo com a BNCC (BRASIL, 2017, p. 441-445), no Primeiro, Segundo e Terceiro ano do Ensino Fundamental é proposto como conteúdo do Ensino Religioso as Identidades e Alteridades e as Manifestações Religiosas. Juntos, esse conteúdo permite ao professor despertar o engajamento das crianças com a temática que será desenvolvida. Afinal, essa excussão pelo mundo

do fenômeno religioso² terá mais sentido quando começa por aquilo que é mais próprio da criança, sua subjetividade e identidade, para em seguida, ir em direção ao que a transcende: o outro e suas particularidades.

Nesse trabalho de diferenciação e conscientização do eu, do outro e do nós, o estudante é chamado ao respeito. Diante das semelhanças e diferenças físicas e subjetivas, o professor é capaz de desenvolver uma conscientização e aceitação das diferentes formas de vida, crenças e práticas. E nesse trabalho das diferenças, encontra ele caminhos para abordar as lembranças, as memórias e os saberes que se manifestam, inclusive, nas diferentes formas de crer (BRASIL, 2017, p. 441). Vemos despontar então, o simbólico que se manifesta no cotidiano e nas relações que os estudantes estabelecem. Dos sinais de trânsito aos símbolos religiosos, a criatividade do trabalho do professor permite o entendimento de que os símbolos são sistemas criados pelo ser humano para se organizar e estabelecer o bem estar social que atravessa as relações com os outros e, para aqueles que professam uma fé, com Deus. Trata-se de um ER que dialoga com a vida e que, enquanto processo educacional, contribui com a introdução de novas linguagens no processo educativo, garantindo uma educação integral que passa pela seleção, ordenamento e análise de informações que circunscreve a realidade histórica e vivencial dos estudantes, abrindo a escola à vida. Esse diálogo com a vida, que se reproduz, inclusive, dentro da sala de aula, levará necessariamente, não somente ao reconhecimento e conhecimento da pluralidade dos sujeitos, mas também da pluralidade religiosa. De acordo com Luiz Alberto de Souza Alves e Sérgio Junqueira em *A elaboração das concepções do Ensino Religioso no Brasil* (2011),

sem o diálogo as barreiras do preconceito, das suspeitas e da incompreensão não podem ser removidas de modo eficaz. Com o diálogo, cada uma das partes efetua uma honesta tentativa de se ocupar dos comuns problemas da vida e recebe coragem para aceitar o desafio de procurar a verdade e conquistar o bem (ALVES; JUNQUEIRA, 2011, p. 58).

Os estudantes dos anos iniciais são ativos, pois gostam de se comunicar, expõem seu

² De acordo com Soares e Stigar (2016, p. 142): O fenômeno religioso é objeto do Ensino Religioso na medida em que possibilita a sistematização de uma das possíveis relações que o ser humano pode estabelecer com a realidade Transcendental, com a alteridade, com a busca pelo sentido da vida, e com a diversidade. Desse modo, continua os autores: “Entendemos que o Ensino Religioso tem como objeto de estudo o fenômeno religioso, que compreende um conjunto de fatos, acontecimentos, manifestações e expressões, tanto de ordem material como espiritual, e que envolvem o ser humano em sua busca e relação com o Transcendente. Essa busca e relação podem ter caráter individual e comunitário. O fenômeno religioso acontece no universo de uma cultura, é influenciado por ela e, por sua vez, também influencia a cultura. Tal fenômeno é inerente ao ser humano e tem como pressuposto a Transcendência, a qual está na raiz de toda a produção cultural.” (SOARES; STIGAR, 2016, p. 142).

Uma reflexão acerca do ensino religioso nos anos iniciais do ensino fundamental

pensamento sem medo e garantem, com isso, um rico campo para ser explorado pelo professor. Esse, por sua vez, direciona o diálogo em sala, aponta os erros e preconceitos de modo a tornar os estudantes mais tolerantes e capazes de aceitar o diferente. O diálogo é um bom princípio para o desenvolvimento dos conteúdos do ER em sala de aula. Por exemplo, no Segundo ano do Ensino Fundamental onde é proposto pela BNCC trabalhar com os estudantes as memórias e símbolos, o professor tem no diálogo uma ferramenta de identificação dos registros que os estudantes fazem das memórias pessoais, familiares e escolares. Narrativas vão surgir, histórias serão contadas, lembranças serão trazidas para a sala de aula. Com isso o estudante perceberá que a escola se preocupa e se ocupa com sua vida, fazendo surgir das experiências de seu cotidiano, conteúdos de aprendizado e reflexão. Dando passos mais substanciais, o professor poderá envolver as crianças em atividades lúdicas, como por exemplo, pedir a eles que desenhem episódios dessa narrativa, ou mesmo, que tragam fotos e relatem o ocorrido.

A sala de aula passa a ser vista não como um espaço rude e frio em que o professor distante do estudante é sempre quem tem a palavra e pode se expressar. Fazer da sala de aula um laboratório de conhecimento resulta nesse trabalho rico e eficaz. Um laboratório do fenômeno religioso, que se cuida de entender e perceber as experiências diárias, mais que a dissecação conceitual, que caracterizam essa religiosidade³, mesmo porque nessa etapa os estudantes ainda têm dificuldades na abstração. Outro exercício possível ao trabalhar símbolos religiosos é levar essas representações simbólicas para a sala de aula. O professor, como num jogo, pode elaborar cartas com símbolos religiosos e símbolos seculares, - por exemplo, os símbolos de trânsito -, e motivar as crianças a separar em dois grupos essas cartas. Considerando a idade e maturidade dos estudantes, se pode construir com eles, inclusive, as regras desse jogo de cartas. Desse modo, o professor, além de estabelecer o contato entre o estudante e o símbolo (impresso ou desenhado em cartazes) consegue provocá-lo a buscar, em suas memórias essa simbolização, seja porque tenham visto esse símbolo em ambientes que frequenta ou frequentou, em lugares públicos, em vídeos, desenhos e programas de TV. O professor mostra que os símbolos religiosos permeiam a vida dos estudantes e podem ser encontrados, inclusive, em ambientes que não são os templos. Com isso, os estudantes são convidados

³ De acordo com Gruen a religiosidade na educação é uma categoria antropológico-filosófica. Para ele, a religiosidade é uma dimensão mais profunda da manifestação da religião enquanto fenômeno. “Essa dimensão está, ou deveria estar, à raiz de todas as manifestações da vida humana, e as qualifica, no nosso caso, tanto na prática da religião quanto em sua rejeição, ou na busca do caminho a seguir” (GRUEN, 2005, p. 17). Inspirado na filosofia de Paul Tillich, Gruen afirma que “a religiosidade é a mais profunda de todas as funções da vida humana; ou melhor, da vida humana como totalidade. Essa abertura ao sentido radical da existência humana será, por isso mesmo, abertura ao que nos transcende” (GRUEN, 2005, p. 21).

a olhar e entender o mundo ao seu redor, confirmando que “para as crianças o mundo é um vasto parque de diversões. As coisas são fascinantes, provocações ao olhar. Cada coisa é um convite” (ALVES, 2004, p. 10).

Nessa etapa da formação, a interdisciplinaridade é ainda mais favorável no desenvolvimento das atividades referentes ao conteúdo de ER. Por exemplo, ao trabalhar no Terceiro ano do Ensino Fundamental os Espaços e Territórios religiosos, o professor pode estabelecer diálogos e projetos entre ER e geografia. A interdisciplinaridade, de acordo com Japiassu e Marcondes (1991, p. 136): “é um método de pesquisa e de ensino suscetível de fazer com que duas ou mais disciplinas interajam entre si”. Nota-se com isso que não há a valorização de uma disciplina em detrimento de outra. Mesmo o professor especialista deve considerar que a relação interdisciplinar, além de uma comunicação entre dois ou mais tipos de conhecimento, deve resultar numa “integração mútua dos conceitos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa” (JAPIASSU; MARCONDES, 1991, p. 136). Desse modo, a caracterização e identificação dos diferentes espaços celebrativos e territórios sagrados passa pelo desenvolvimento da ideia de espaço, espacialidade, território, limites, pontos geográficos, localização, caracterização dos entornos, etc. Além disso, relacionar espaços e identidades, pluralidades culturais e sociais permite aos professores, ou ao professor regente, abordar o fenômeno religioso como parte dessa constituição identitária do sujeito e da sociedade.

Ainda no âmbito dessa interdisciplinaridade, por exemplo, a BNCC (BRASIL, 2017, p. 446) propõe como conteúdo para o Quarto ano do Ensino fundamental as Representações religiosas na arte. Para isso, o professor poderá desenvolver, em artes e em ER, a mútua relação do fazer artístico com a propagação da fé. Afinal, em vários momentos a arte foi utilizada como instrumento para a catequização e conversão de povos. Por outro lado, não foram poucas as vezes em que admiradores da arte e artistas usaram da linguagem religiosa para expressar sua sensibilidade frente a obra. E ainda, de acordo com Fritz Kaufmann em *Arte e Religião* (2013) aqueles que como Goethe, discutiram a possibilidade da arte como religião. Assim, numa aula lúdica, o professor poderá usar de recortes de revistas para apontar como as representações religiosas se manifestam na arte através da arquitetura e mesmo de construções que ganham o espaço público e que se tornam identidade de cidades e bairros, retratando, por exemplo, nos grandes centros, a disputa entre os altos prédios e as altas torres. Os estudantes podem ser convidados a recortarem gravuras que mostram essa miscelânea de sagrado e secular, de quadros que retratam cenas religiosas, de grafites, esculturas e objetos artísticos que marcaram épocas e trazem marcas da religião, por exemplo, as diversas obras

Uma reflexão acerca do ensino religioso nos anos iniciais do ensino fundamental renascentistas.

No Quinto ano a proposta de interdisciplinaridade pode ser mantida ao tratar da relação entre religião e linguagem. Trabalhar as tradições orais, as narrativas religiosas e os mitos certamente condiciona ao professor de ER uma proximidade com as disciplinas de literatura e português. Além do trabalho com os mitos que é um tipo de narrativa que desperta o interesse dos estudantes, o trabalho com Histórias em Quadrinhos (HQ's) acessa ainda mais o mundo lúdico. Títulos como: Lobo: A Guerra dos Padres/ Lobo: Sem Limites de Alan Grant; Quarteto Fantástico: Pós-Vida de Mark Waid ou mesmo Grandes Astros Superman de Grant Morrison podem ajudar nessa demanda. Além disso, trabalhar o folclore brasileiro, as narrativas religiosas indígenas, ciganas e afro-brasileiras permite ao professor um trabalho que preze pela pluralidade religiosa, pelo respeito às diferentes concepções e narrativas que falam da criação, das diversas concepções de mundo e do ser humano. No trabalho com os diversos textos religiosos, o professor poderá trabalhar, dentre outras, questões referentes às concepções éticas e morais. O professor deve instigar uma leitura crítica, desenvolvendo com os estudantes atividades interpretativas que resulte no desenvolvimento de uma percepção crítica do mundo. Paulo Freire bem notava em *Pedagogia: diálogo e conflito* (1995) que “esse círculo do ler-escrever-ler criticamente é uma das tarefas fundamentais da escola” (GADOTTI; FREIRE; GUIMARÃES, 1995, p. 87). Finalmente, é importante valorizar as narrativas orais mostrando aos estudantes a tradição que elas carregam assim como as histórias dos diversos povos, seus sofrimentos, suas crenças, seus modos de se relacionarem com a natureza e com o mundo.

O LUGAR DO ENSINO RELIGIOSO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Diante desse trabalho interdisciplinar o risco que o professor regente, no entanto, pode correr, é o de transformar o ER num tema transversal, dissolvendo-o, por assim dizer, nos demais conteúdos e componentes curriculares. Por que seria um erro essa transversalidade? Primeiramente, porque desconsidera toda a história do ER como disciplina, sua riqueza conceitual e de conteúdo, suas provocações e possibilidades de um trabalho em favor da cidadania, da tolerância e do respeito. Não desconsideramos aqui o fato de que os temas transversais contribuam com a formação integral dos estudantes, agregando valor à formação quando trabalha aspectos emocionais, da personalidade e de valores com as crianças. Mas subtrair do ER seu lugar enquanto disciplina é tirar dos estudantes a chance de um espaço e momento em que é possível falar de suas crenças, das percepções acerca das crenças que lhe são desconhecidas, dos preconceitos rotineiramente repetidos e propagados por

aqueles que só conhecem sua religião e acabam demonizando e menosprezando as demais. De acordo com Quintino e Corrêa “o ensino religioso torna os indivíduos protagonistas dessa aprendizagem, sujeitos históricos e sociais que exercem papel ativo, com características próprias da sua idade e do contexto onde se inserem” (2017, p. 2).

Na BNCC, afirma-se que cabe aos sistemas de ensino assim como às escolas decidir e incorporar os temas que serão tratados transversalmente⁴. Dentre eles, temas relacionados aos direitos da criança e do adolescente, à saúde, economia, relações étnico-raciais etc. Em nenhum momento a BNCC (2017), a *Constituição Federal* (1988) ou a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (1996) apontam o ER como tema transversal. Ao contrário, afirmam que o ER é uma área de conhecimento e componente curricular dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental (BRASIL, 2017, p. 27). Inclusive, na *Constituição Federal* (Art. 210, §1), o ER de caráter facultativo é reconhecido como “*disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental*” (BRASIL, 1988, grifo nosso), ou, como afirma a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional: “Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui *disciplina dos horários normais* das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil vedadas quaisquer formas de proselitismo” (BRASIL, 1996 – grifo nosso).

Desse modo, ao trabalhar o ER como conteúdo disciplinar, o professor garante ao estudante um novo modo de olhar para o mundo da vida⁵ e entendê-lo. O ER se torna então uma lente pela qual o mundo pode ser compreendido. Para um frutuoso trabalho de ER com as crianças, o professor regente, quando na ausência do professor especialista, tem que estar consciente da importância do ER. Superando o medo de entrar nas questões referentes ao fenômeno religioso, o professor exerce sua

⁴ De acordo com a BNCC (Brasil, 2017, p. 20): “Entre esses temas, destacam-se: direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/1990), educação para o trânsito (Lei nº 9.503/1997), educação ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/2012), educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009), processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/2003), educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012), educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004), bem como saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010)”.

⁵ O mundo da vida é essa situação de contingência experimentada pelo ser humano no acontecer da vida e que não é cientificamente teorizado. De acordo com Juliana Missaggia (2018, p. 192): “podemos entender mundo da vida como a experiência e o conjunto coerente de vivências pré-científicas, como “[...] o mundo permanentemente dado como efetivo na nossa vida concreta” (HUSSERL, Krisis, §9, p. 51, p. 40), em contraste com o mundo propriamente científico, no qual a realidade é analisada a partir dos elementos próprios da ciência corrente, com seus correspondentes pressupostos e orientações de método, sejam tais pressuposições explícitas ou não”. Trata-se da vida partilhada, vivida e experimentada nessa inserção social e cultural, o que evidencia a dimensão de intersubjetividade que sustenta as relações humanas.

Uma reflexão acerca do ensino religioso nos anos iniciais do ensino fundamental

mais importante missão: educar para a cidadania; promovendo, assim, aquilo que se afirma na LDB (Art. 32, IV): “o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social” (BRASIL, 1996). O desenvolvimento dessa capacidade de tolerância e respeito pelas tradições familiares e crenças do outro passa por essa estruturação de um trabalho docente que se organiza semanalmente nos horários dedicados ao ER. Por isso, o professor deve ser cauteloso para não transformar o ER numa disciplina transversal, que será tratada de uma maneira esporádica quando os temas referentes à religião aparecerem em outros conteúdos como a história, a geografia ou a arte. A coragem para fazer diferente passa pela tentativa de aperfeiçoamento. Mesmo que o professor regente, em sua graduação, não tenha tido disciplinas referentes aos saberes e práticas do ER, pode ele buscar uma formação complementar que garanta maior familiaridade com o fenômeno religioso e o modo como trabalhá-lo na sala de aula. Essa não é a melhor saída, uma vez que um professor especialista e com formação adequada deveria ser, em todos os sistemas de ensino, o responsável por lecionar o ER. Afinal, outro risco que pode resultar de uma formação inadequada do professor que trabalhará essa disciplina é o proselitismo, vedado pela constituição, pela LDB e mesmo pela BNCC.

A função do ER na educação básica é educacional e não confessional. Para isso, é fundamental “ter em conta o campo de conhecimentos de cada matéria e seus métodos de investigação e estudo” (LIBÂNEO, 1994, p. 96). Assegurar essa função educacional passa, portanto, pelo estabelecimento de objetivos pedagógicos e sociais, como garantir o respeito à diversidade cultural e religiosa que compõe o espaço escolar. De acordo com Eduardo Gross (2014, p. 130) “o estudo da religião como objeto ajuda a promover o olhar crítico sobre a religião”, de tal modo que a disposição para conhecer e estudar esse objeto salienta que o conhecimento é uma construção social, uma formulação partilhada e compartilhada advinda de um olhar mais analítico sobre o objeto, e não apenas individual – que poderia ser identificado com a crença de cada estudante.

A função educacional confere ao ER um caráter agregador. Até a formulação da LDB de 1996, que assegura o respeito à diversidade cultural e religiosa nas aulas de ER, o que se tinha era uma segregação resultada da afirmação do cristianismo católico como única e verdadeira religião. Ser agregador, de acordo com o FONAPER (2000, p. 13), é garantir que os estudantes, independentemente de suas crenças, possam assentar-se lado-a-lado sem terem suas crenças e religiões desprezadas nesse componente curricular. Resulta disso, aquilo que se propõe na BNCC como um dos objetivos a serem alcançados pelo ER: “Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos”

(BRASIL, 2017, p. 434). Para tal, o professor deverá “desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal” (BRASIL, 2017, p. 434).

Para tal, o professor de ER deve conceber o estudante como um ser ativo, valorizando suas contribuições através da problematização e narração daquilo que os circunscreve. Em referência ao fenômeno religioso não faltará ao professor elementos para um trabalho que dialogue com a realidade e que faça os estudantes entenderem o meio cultural em que estão inseridos. Estabelecer o diálogo com a vida, seus fatos e acontecimentos, mobiliza o grupo na construção do pluralismo de ideias e de conhecimento das diversas perceptivas religiosas e seculares. O espaço para as perguntas das crianças é essencial no desenvolvimento dessa perspectiva de um ER reflexivo e plural. Rubem Alves (2004) enfatiza que as perguntas são fundamentais no desenvolvimento do interesse dos estudantes pela escola e pela aula. Muitas perguntas surgem e podem surgir na aula de ER. O problema está quando o professor, despreparado, acaba tirando o gosto e a curiosidade dos estudantes ao afirmar que não são pertinentes as perguntas que eles levantam. Mais vale um ER questionador que um ER doutrinário. Em relação aos temas propostos para o ER nos anos iniciais do Ensino Fundamental nota-se certo espaço para o estabelecimento deste ER questionador, que é aberto às perguntas e curiosidades dos estudantes, afinal, “é nas perguntas que a inteligência se revela” (ALVES, 2004, p. 15). Para isso, no entanto, a formação adequada numa licenciatura em Ciência da Religião possibilita um trabalho rico e respeitoso, capaz de aprofundar as demandas dos estudantes acerca dos questionamentos desse objeto que é o fenômeno religioso e a religiosidade.

A IMPORTÂNCIA DO ER COMO COMPONENTE CURRICULAR EM FAVOR DA TOLERÂNCIA

Qual a importância do ER como disciplina escolar? Essa pergunta é pertinente. Afinal, nenhum outro componente curricular é tão questionado na Educação Básica quanto o ER. Alguns chegam a afirmar que o ER não teria importância, uma vez que o conhecimento religioso, objeto de estudo dessa área de saber, pode ser e, muitas vezes, é trabalhado por outras áreas dentro da própria escola. Ainda, tem-se a aversão daqueles que continuam a defender que o ER fere a laicidade do Estado uma vez que traz para dentro do espaço público a discussão de uma temática que deve estar restrita ao privado. Não é como objeto de catequização que o ER se insere na escola, vale a pena ressaltar mais uma vez essa questão, mas como uma disciplina que carrega consigo a construção do conhecimento

Uma reflexão acerca do ensino religioso nos anos iniciais do ensino fundamental sobre o fenômeno religioso, visando democratizar o acesso a informações que, de outro modo, os estudantes não poderiam acessar de modo sério, reflexivo e crítico.

Importante destacar essa formação democrática e cidadã pretendida e alcançada a partir dos conteúdos e propostas dessa área de conhecimento. Na cultura e no contexto religioso brasileiro, o cristianismo, como mostra o censo do IBGE de 2010, é predominante⁶. Muitas vezes, inclusive, seus símbolos e objetos devocionais são encontrados em espaços públicos como a escola de um modo transparente, isto é, nem mesmo notado por aqueles que frequentam cotidianamente esse espaço escolar⁷. Isso mostra que a educação cristã predomina a formação religiosa dos estudantes, que se incomoda pouco, ou não se incomoda, com essa presença do religioso no espaço público. Nosso interesse não é discutir a pertinência e legalidade ou não desses objetos e símbolos religiosos no espaço público. Interessa-nos ilustrar, a partir desse exemplo, o cenário mais amplo que disso resulta: os estudantes, em sua maioria, têm em suas casas uma formação e conhecimento da religião, sobretudo, a partir do cristianismo. Esse olhar hegemônico e míope acerca da sociedade brasileira resulta no desrespeito com as religiões minoritárias, sobretudo, as africanas, afro-brasileiras e indianistas, como também, com aqueles que se denominam ateus, agnósticos ou sem religião⁸.

A catequização acontecida nas igrejas e a educação na fé dada pelas famílias garantem uma formação circunscrita às suas crenças. Resulta disso a compreensão e afirmação da “minha fé” contra a “deles”; eu contra o outro; nós contra eles. Diante dessa realidade de segregação, exclusão e preconceito resultado da afirmação da supremacia da minha crença sobre as demais é que o ER se apresenta como espaço democrático, porque se propõe a superar esse reducionismo religioso, dando aos estudantes novas perspectivas e conhecimento de outras tradições religiosas que, talvez, eles jamais aprenderiam com seus familiares e igrejas. A tendência que encontramos é a de demonização e marginalização daquilo que é diferente da minha fé. Um ER democrático é aquele que coloca para si a tarefa de vencer essa marginalização de certas crenças. Aplicando ao ER o conceito de marginalidade que Saviani formula em referência à escola e à educação seletiva que discrimina e rebaixa o ensino das camadas mais pobres, temos que “a marginalidade é, pois, um fenômeno

⁶ Veja o censo 2010 do IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107>. Acesso em: 20 set. 2020.

⁷ Para isso ler o artigo: CAMURÇA, Marcelo Ayres; MARTINS, Sueli. A laicidade e o “jeitinho brasileiro”: formas diversificadas e improvisadas de regulação do religioso em ambientes laicos e públicos: o caso de escolas municipais de Juiz de Fora/MG. In: Numem: Revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 17, n. 1, 2014, p. 141-171. Disponível em: <http://numem.ufjf.emnuvens.com.br/numem/article/view/2859/2168>.

⁸ Sobre o termo “*sem religião*”, sugiro a leitura do seguinte artigo: VIEIRA, J. ÁLVARO C. Os “sem religião”: alguns dados para estimular a reflexão sobre o fenômeno. HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 13, n. 37, p. 605-612, 4 abr. 2015.

acidental que afeta individualmente a um número maior ou menor de seus membros o que, no entanto, constitui um desvio, uma distorção que não só pode como deve ser corrigida” (SAVIANI, 1999, p. 16).

Para superar essa marginalização de certas crenças, faz-se imprescindível um ER como disciplina, lecionada por professores especialistas, licenciados em Ciência da Religião⁹. Um ER com tais configurações evidencia ainda mais a escola como esse espaço e contexto de intersecção e interação entre as diferentes perspectivas de vida, cultura, cor, opções sexuais etc. Democratizar o conhecimento acerca do religioso passa, necessariamente, pelo desenvolvimento de um ER que forme cidadão e não crentes, através de perspectivas mais críticas. A escolarização do ER é uma maneira de colocar fim a um modelo de ER catequético que por muitos anos foi praticado no Brasil. Desse modo, a própria escolarização resulta na democratização desse conhecimento.

Resulta dessa democratização do saber, a formação e conscientização para a tolerância. De acordo com a Declaração de Princípios sobre a Tolerância, aprovada pela Conferência Geral da UNESCO em sua 28ª reunião, na cidade de Paris, em 16 de novembro de 1995, a tolerância significa que todas as pessoas têm a possibilidade de livre escolha de suas convicções e garante a mesma liberdade aos que pensa diferente. E no artigo 4º afirma que a educação é o caminho mais eficaz para prevenir a intolerância. Isso acontece na medida em que “as políticas e programas de educação devem contribuir para o desenvolvimento da compreensão, da solidariedade e da tolerância entre os indivíduos, entre os grupos étnicos, sociais, culturais, religiosos, linguísticos e as nações” (UNESCO, 1995). Nesse sentido, desenvolve-se a convivência com “a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver” (BRASIL, 2017, p. 435) como competência específica do ER. Enquanto lugar de conhecimento do diferente, o ER se torna também, espaço de escuta. Nesse sentido, o papel do professor não é o de converter os estudantes ao Espiritismo, Candomblé, Umbanda, Hinduísmo, Budismo etc., fazendo com que eles abandonem suas próprias crenças em favor daquilo que é ensinado. Interessa, antes, fazê-los pensar criticamente a religião, perceber-se enquanto seres de crenças, e serem capazes de respeitar a fé do outro. Frente a isso é que se torna possível “debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e de cultura da paz” (BRASIL, 2017, p. 435). Desenvolvendo tais competências, o ER se torna importante

⁹ Na BNCC vemos uma tímida preocupação com essa formação dos professores especialistas de ER. Inferimos a necessidade dessa formação, na BNCC (2017, p. 434), a partir do reconhecimento que o documento faz de que o conhecimento religioso é notadamente tratado pela Ciência (s) da(s) religião (ões). Sendo assim, o professor, para construir um conhecimento adequado e coerente com os estudantes, deverá ter a formação nessa Ciência específica.

Uma reflexão acerca do ensino religioso nos anos iniciais do ensino fundamental aliado e espaço de compreensão da realidade social e cultural em que esses estudantes estão inseridos, compreendendo seus contextos e modos de acreditar.

O ER COMO DISCIPLINA QUE TRATA DO SENTIDO DA VIDA

Finalmente, vale uma reflexão: não é também o ER lugar de reflexão sobre os sentidos da vida? Também, de uma reflexão sobre a compreensão do papel que desempenhamos na existência e, por isso, espaço de ajuda e construção de perspectivas de vida e futuro?

Tais reflexões devem se pautar no conhecimento religioso e nas filosofias de vida. Isto é, na medida em que os estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental são capazes de refletir acerca do papel e influência que a religião tem em suas vidas familiar e social, vai sendo possível traçar uma reflexão acerca da significação da vida a partir dessa religiosidade. A proposta da BNCC (2017) em trabalhar do primeiro ao terceiro ano do Ensino Fundamental a questão das Identidades e alteridades é também momento plausível de se discutir a existência. Claro está que tal discussão acerca do sentido da vida e da morte, do mundo, da natureza e do papel que cada ser humano assume nesse espaço e tempo que habita, não se dará numa profundidade filosófica-existencial. O professor deve ter clareza da maneira lúdica, mas não por isso vulgar, com que irá realizar essas atividades de reflexão. Trabalhar o sentido da vida passa por deixar falar as mais nobres e espontâneas curiosidades dos estudantes. Rubem Alves (2004), falando sobre a importância das perguntas das crianças, daquelas perguntas espontâneas que nascem de sua curiosidade natural diz que a escola não pode ser o lugar que embota o pensamento. Como vimos, além da inteligência se manifestar nas perguntas, elas também demonstram o quanto os estudantes desejam significar e entender as coisas.

Surgidas dos incômodos e incompreensões do dia-a-dia, as perguntas feitas pelas crianças apontam para essa necessidade de sentido. “Identificar e acolher sentimentos, lembranças, memórias e saberes de cada um” (BRASIL, 2017, p. 441), constitui uma habilidade a ser desenvolvida e que reflete diretamente nessa busca de sentido. Reconhecer as diferenças pessoais e de crenças de cada colega de sala torna também possível aos estudantes se perceberem como diferentes dos outros. A genialidade dessa percepção pode ser enriquecida com a atividade do professor que dando espaço para os questionamentos e propiciando as respostas dos estudantes garantirá a dinamicidade de uma aula em que o conhecimento de mim mesmo passa pela escuta das narrativas e histórias contadas pelo outro. O sentido da vida surgirá ou será construído na medida em que o professor instiga os estudantes a perceberem as diferenças e semelhanças com seus colegas. Deixar que o ER se torne um espaço em

que seja possível formular e debater perguntas do tipo: Quem criou todas as coisas? Para onde vão as pessoas depois que morrem? Como alguém pode não gostar de animais ou de plantas? Por que há vento? De onde vem a chuva? Por que as pessoas boas morrem? Por que isso é errado na minha religião? É uma maneira de ajudar os estudantes a formular os sentidos.

Como afirma Gruen, essa dimensão de sentido, ou busca pelo sentido da vida, aponta para um ER que valoriza a dimensão da religiosidade. De acordo com ele “em todos os tempos, à raiz da vida humana encarada com maturidade, estão as grandes perguntas existenciais a respeito do sentido dessa vida: ‘de onde vim e para onde vou? O que faço, e devo fazer, no breve tempo entre o nascimento e a morte?’” (GRUEN, 2005, p. 21). Essas perguntas aparecerão formuladas pelas crianças de uma maneira menos elaborada, mas ao mesmo tempo, profunda. Ao trabalhar com os estudantes suas identidades, os professores mostram a eles que todo ser humano nasce para ser alguém. E ser alguém, requer ser capaz de se diferenciar, inclusive, dos outros, que não sou. Questão essa, que pode ser bem desenvolvida a partir da pluralidade religiosa e suas perspectivas do mundo, da vida e do humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o papel e a importância do ER enquanto disciplina escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental, destacamos a urgência de se pensar a educação a partir dos estudantes. É a partir do diálogo com a vida e realidade deles que se pode fazer uma educação que tenha sabor, ou seja, que seja atrativa. Para tal, o professor estabelece o diálogo entre o conhecimento e a vida. Resulta disso uma valorização do estudante, do reconhecimento que eles “são crianças de carne e osso que sofrem, riem, gostam de brincar, têm o direito de ter alegrias no presente, e não vão à escola para serem transformados em unidades produtivas no futuro” (ALVES, 2004, p. 27). Esse estudante, para demonstrar interesse pelo ER, como também para os demais componentes curriculares, deve ser instigado e provocado pelo professor que consegue estabelecer uma ligação entre o conhecimento religioso e o mundo da vida em que estão inseridos.

Sendo o professor responsável por motivar os estudantes, tem ele de ser capaz de incutir nas crianças o desejo pelo conteúdo de ER. Muitos professores reclamam que o ER é disciplina não quista nem mesmo respeitada como conhecimento, que não atrai nem chama a atenção dos estudantes porque trata de um tema espinhoso e privado. Sobre isso Rubem Alves tem a nos ensinar. De acordo com ele “se aprende uma coisa de que não se gosta por se gostar da pessoa que a ensina” (ALVES, 2004, p. 34). Isso é, “quando se admira um mestre, o coração dá ordens à inteligência para aprender

Uma reflexão acerca do ensino religioso nos anos iniciais do ensino fundamental as coisas que o mestre sabe. Saber o que ele sabe passa a ser uma forma de estar com ele. Aprendo porque amo, aprendo porque admiro” (ALVES, 2004, p. 35). Desse modo, a motivação deve começar nos professores que encantados com aquilo que ensinam, atraem os interesses e olhares dos estudantes. Vimos que o objeto de estudo do ER é encantador, abre possibilidades infinitas de trabalho, de diálogos com a vida e com as outras disciplinas, de incursões artísticas e de narrativas que dão asas à imaginação, particularmente, uma capacidade que se destaca nos estudantes dos anos iniciais do Ensino fundamental. Diante desse encantamento com o objeto e das possíveis desmotivações dos estudantes nas aulas de ER cabe uma reflexão: até que ponto sou um educador capaz de ser admirado pelos estudantes? A magia, a imaginação, a criatividade e a beleza do conhecimento religioso são um atrativo para a minha atuação profissional? Gosto do que faço? Estou preparado para lecionar essa disciplina? Acredito ser necessária essa reflexão. E assim como aponta Rubem Alves, os estudantes são capazes de gostar do ER porque gostam de seus professores, por sua vez, os professores têm gostado do trabalho realizado?

Tudo isso nos ajuda a refletir acerca da motivação dos professores e estudantes com relação à disciplina de ER nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Entender o papel que o ER deve ter na educação básica e a maneira de executá-lo na sala de aula é o primeiro passo para a realização de um trabalho agregador, crítico, reflexivo e atraente para estudantes e professores. Feito isso, é importante estar alerta, sobretudo os professores, para os riscos que se pode correr ao pensar de modo equivocado essa disciplina. Afinal, quando não se compreende bem, como vimos, o papel que o ER tem na escola, não se é possível desenvolver, com a contribuição dessa área de conhecimento, um ensino cidadão que além de democratizar o saber, promove a tolerância e se torna suporte na construção da significação da vida, dimensão reflexiva e existencial que o ER promove e contribui.

Referências

ALVES, Luiz Alberto de Souza; JUNQUEIRA, Sérgio. A elaboração das concepções do Ensino Religioso no Brasil. In: JUNQUEIRA, Sérgio Azevedo; WAGNER, Raul. **O Ensino Religioso no Brasil**. Curitiba: Champagnat, 2011. 2.ed.

ALVES, Rubem. **O desejo de ensinar e a arte de aprender**. Campinas: Fundação EDUCAR D. Paschoal, 2004.

_____. **O que é religião?** São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1984.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em: 27 de dezembro de 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 17 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 17 set. 2020.

CAMURÇA, Marcelo Ayres; MARTINS, Sueli. A laicidade e o “jeitinho brasileiro”: formas diversificadas e improvisadas de regulação do religioso em ambientes laicos e públicos: o caso de escolas municipais de Juiz de Fora/MG. In: **Numem**: Revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 17, n. 1, p. 141-171. Disponível em: <http://numem.ufjf.emnuvens.com.br/numem/article/view/2859/2168>

FONAPER. **Ensino Religioso: capacitação para um Novo Milênio**: Ensino Religioso é disciplina integrante da formação básica do cidadão. Cadernos de Estudos Integrantes do Curso de Extensão a distância. Brasília: [s/e], 2000.

GADOTTI, Moacir; FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia: diálogo e conflito**. São Paulo: Cortez, 1995. 4. ed.

GROSS, Eduardo. Conhecimento sobre religião, Ciência da Religião e Ensino Religioso. In: **Numem**: Revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, 2014, v. 17, n. 1, p. 119-138. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21925>. Acesso em 23 jul. 2018.

GRUEN, Wolfgang. Ciência da Religião numa sociedade multicultural. In: **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 15-26. 1º semestre 2005. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/544/580>. Acesso em: 23 jul. 2018.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

JUNQUEIRA, Sérgio Azevedo; WAGNER, Raul. **O Ensino Religioso no Brasil**. Curitiba: Champagnat, 2011. 2.ed.

KAUFMANN, Fritz. Arte e Religião. **Revista da Abordagem Gestáltica** – Phenomenological Studies – XIX (2): 243-246, jul-dez, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v19n2/v19n2a12.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

MISSAGGIA, Juliana. **A noção husserliana de mundo da vida (lebenswelt)**: Em defesa de sua unidade e coerência. Transformação, Marília, v. 41, n. 1, p. 191-208, Jan./Mar., 2018. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/transformacao/article/view/7793/4971>. Acesso em:

20 set. 2020.

QUINTINO, Amaro Sebastião de Souza; CORRÊA, Jackeline Barcelos. A diversidade religiosa: debatendo temas transversais em sala de aula. **Anais do III Encontro Nacional dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: http://enneabi.iff.edu.br/ckeditor_assets/attachments/28/a_diversidade_religiosa_debatendo_temas_transversais_em_sala_de_aula.pdf. Acesso em: 09 set. 2020.

SCHIAVO, Luigi. Conceitos e interpretações da religião. In: LAGO, Lorenzo; REIMER, Haroldo; SILVA, Volmor da (Organizadores). **O Sagrado e as construções de mundo**. Goiânia: UCG, 2004, pp. 63-78.

SOARES, Afonso Maria Ligório; STIGAR, Robson. Perspectivas para o Ensino Religioso: A Ciência da Religião como novo paradigma. In: **Rever**, ano 16, nº1, Jan/Abr 2016. p. 137- 152.

UNESCO. **Declaração de Princípios sobre a Tolerância**. Paris. 1995. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1995%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Princ%C3%ADpios%20sobre%20a%20Toler%C3%A2ncia%20da%20UNESCO.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

VIEIRA, J. ÁLVARO C. Os "sem religião": alguns dados para estimular a reflexão sobre o fenômeno. **HORIZONTE** - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 13, n. 37, p. 605-612, 4 abr. 2015.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 09/06/2021
Aprovado em: 11/05/2023